



AS CIÊNCIAS HUMANAS, O HOMEM E A VIDA HUMANA COMO OBJETO

BAZZANELLA, Sandro Luiz

*Professor do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado
sandroluizbazzanella@gmail.com*

BORGUEZAN, Danielly

*Estudante do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado
borguezan@hotmail.com*

114

Resumo: As ciências humanas iniciam sua constituição a partir do século XIX, desdobrando-se ao longo das primeiras décadas do século XX. Herdeiras das bases metodológicas das ciências exatas, sua afirmação esta intimamente vinculada as ciências naturais, que transcenderam as bases dedutivas características das ciências exatas, perscrutando continuidades e discontinuidades na conformação de teorias sobre a origem, o desenvolvimento e a evolução da vida em sua totalidade de manifestações. Nesta perspectiva, as ciências humanas constituem o homem, senão a vida humana, em sua dúplici articulação entre natureza e cultura como seu objeto. Se por um lado, se pode afirmar que as ciências humanas surgem como decorrência das pretensões antropocêntricas e iluministas, características da modernidade, por outro lado é preciso tomar em consideração o fenômeno da estatização do biológico, característico da afirmação do Estado moderno. Ou seja, as necessidades de quantificação, de vigilância de controle, de potencialização do território nacional, bem como da população e, dos indivíduos que a compõe exige articulação entre saberes e poderes específicos, produzidos pelas diversas ciências humanas em seu esforço de compreensão do homem e da vida humana, seja em âmbito societário, seja na condição de indivíduo inserido em determinado contexto social.

Palavras-chave: Ciências Humanas; Modernidade; Homem; Vida Humana; Objeto.

Abstract: The human sciences begin their constitution from the nineteenth century, unfolding over the first decades of the twentieth century. Heirs of the methodological foundations of the exact sciences, his assertion is closely linked natural science that transcended deductive databases features of the exact sciences, peering continuities and discontinuities in the formation of theories about the origin, development and evolution of life in its entirety from manifestations. In this perspective, the humanities constitute man, but human life in its dual articulation between nature and culture as its object. On one hand, we can say that the humanities arise as a result of the Enlightenment and anthropocentric pretensions, characteristics of modernity, on the other hand we must take into consideration the phenomenon of Nationalization of the biological characteristic of the claim of the modern state. That is, the needs of quantification, monitoring control, augmentation of the national territory and population, and the individuals that comprise it requires coordination between knowledge and specific powers, produced by various human sciences in their efforts to understand the man and human life, whether at corporate level, provided that individual is inserted in a given social context.

Keywords: Humanities; Modernity; Man; Life; Object.



1. INTRODUÇÃO

A perspectiva antropocêntrica que se estabelece na gênese do projeto moderno, sofre três duros golpes, antecipando em parte o anúncio da morte de Deus, feito em meados do século XIX, por Nietzsche e, que por decorrência lógica também decretou a morte do homem, como algo essencial, substancial, ápice do projeto da criação em sua centralidade existencial no mundo. Doravante, intensificaram-se por meio das mais diversas ciências naturais e humanas as investigações sobre as origens dos seres humanos, o momento de sua passagem da condição de simples animal à um animal falante e político. Neste contexto, também o homem foi objetivado, tornando-se objeto de estudo e análise das ciências.

Porém, se Nietzsche anuncia peremptoriamente a morte de Deus, bem como o aprofundamento do mais incômodo dos hóspedes da Civilização Ocidental, o niilismo, o vazio, de sentido, a perda de uma possível finalidade da existência, circunscrita no âmbito de pressupostos transcendentais, é preciso reconhecer que seu anúncio do óbito do absoluto divino, bem como seu prognóstico da instauração do mal-estar civilizatório de fundo niilista é preparado no âmbito das diversas ciências exatas e naturais, desenvolvidas entre os séculos XVI a XIX. Compreender a manifestação do fenômeno do niilismo significa compreender: “Que significa niilismo? – Que *os valores supremos desvalorizaram-se*. Falta o fim; falta a resposta ao “Por que?”¹.

Nesta perspectiva, Galileu Galilei foi o primeiro a acionar as abissais forças tectônicas, ao reafirmar o que Giordano Bruno (1548 - 1600) já havia dito e, que o levou à fogueira da inquisição, de que a terra não era o centro do mundo, mas apenas um planeta entre milhares no universo a vagar solitário, na imensidão do cosmos, sem nenhuma ancora, a sustentar sua trajetória, a dar sentido à sua existência, sem um porto, ou, um lugar seguro que garantisse a salvação, a felicidade, a segurança de uma vida, condição necessária aos seres humanos. Foi um duro golpe no reino da necessidade, ao apresentar a contingência presente na dinâmica cosmológica e conseqüentemente antropológica.

O segundo abalo sísmico veio no século XIX com Charles Darwin (1809-1882), ao apresentar seus estudos em sua obra publicada em 1859; “*A Origem das espécies*”. Não bastava não sermos o centro do universo, agora nos damos conta de que temos uma incomoda

¹ NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **A Vontade de Poder**. Tradução do original alemão e notas Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 29 (Primeiro livro: O niilismo europeu – Aforismo 2).



proximidade com a natureza. Com Darwin, apresenta-se o constrangimento de termos que nos colocar como resultado de um conjunto de probabilidades históricas e físico-químicas, que se estabeleceram no caudal da evolução. Nada nos torna especiais, a não ser a contingência dos processos naturais, aos quais estivemos e estamos submetidos ao longo de milhões de anos, que nos trouxeram até o presente momento.

A natureza se me permitem personificar com este termo a conservação natural ou a perseverança do mais capaz, não se ocupa jamais das aparências, a não ser que a aparência tenha qualquer utilidade para os seres vivos. A natureza pode atuar sobre todos os órgãos interiores, sobre a menor variedade de organização, sobre todo o mecanismo vital. O homem tem apenas um objetivo: escolher para sua própria vantagem; a natureza pelo contrário, escolhe para vantagem do próprio ser. Dá pleno desempenho aos caracteres que escolhe, o que implica o fato único da seleção. (...). No estado de natureza, pelo contrário, a menor diferença de conformação ou de constituição basta para fazer pender a balança na luta pela vida e assim perpetuar-se. Os desejos e os esforços do homem são variáveis! A sua vida é tão curta! Como devem imperfeitos os resultados que ele obtém quando os compara àqueles que a natureza pode acumular durante prolongados períodos geológicos! Podemos admirar-nos, então, que os caracteres das produções da natureza sejam mais visíveis do que os das raças domésticas do homem?²

O terceiro golpe desferido contra as pretensões antropocêntricas modernas foi desencadeado por Sigmund Freud³ (1856-1939), nos momentos finais das pretensões antropocêntricas, ao estabelecer uma estrutura à *psique* humana, remetendo ao inconsciente o *locus* das forças primevas, instintivas, presentes no homem. Freud questiona duramente as pretensões humanas, colocando-nos diante do paradoxo de não saber quem somos. A pergunta kantiana assume a centralidade do debate contemporâneo: O que é o homem. Mas, também de reconhecer que o processo civilizatório, apresenta-se acima de tudo como uma camisa de força, como repressão a conformar os seres humanos a determinadas perspectivas vitais.

² DARWIN, Charles. **A ORIGEM DAS ESPÉCIES**. São Paulo: Hemus Livraria Editora Ltda, 1981, pp. 86/87.

³ Antecede o golpe desferido por Freud as críticas de Nietzsche à civilização ocidental em suas perspectivas moralizantes e repressoras da vida em suas mais variadas formas e manifestações. Na necessidade civilizatória de determinação do que é homem como ser limitado, ressentido, animal de rebanho destituído de vontade de potência, de coragem necessária à assumir a vida por própria conta e risco, necessitando de crenças em forças transcendentes que indiquem o caminho, e/ou que lhe confirmem certezas e finalidades. “(...) Sofrimentos e incapacidade; eis o que criou os além-mundos, e esse breve desatino da felicidade que só conhece quem mais sofre. (...) Enfermos e decrepitos foram os que desprezaram o corpo e a terra, os que descobriram as coisas celestes e as gotas de sangue do redentor; porém até esses suaves e sinistros venenos foram buscar no corpo e na terra! Queriam fugir da sua miséria, e as estrelas se encontravam demasiado longe deles. Então suspiravam: “Oh! Se houvesse caminhos celestes para atingir outra vida e outra felicidade! E descobriram os seus artificios e as suas beberagens



2. A CONSTITUIÇÃO DO CAMPO EPISTEMOLÓGICO DAS CIÊNCIAS HUMANAS

O impacto epistemológico destes acontecimentos, como decorrência dos avanços dos pressupostos científicos que se estabeleceram ao longo da modernidade, situam significativas mudanças ontológicas, no que se refere a percepção de si, que os homens constituíram ao longo do século XIX e XX. Os avanços da física, da química, impulsionaram a abertura de novos campos científicos, dando origem a um conjunto de novas ciências e conseqüentemente de seus respectivos objetos. Exemplo notório e de profundos impactos ao longo do século XX, e dos dias vindouros, o nascimento da biologia como campo científico que envolve o estudo da vida em suas várias formas de manifestação. Na perspectiva de Foucault, anunciada em sua obra: “As palavras e as coisas” (2007) é “a partir do século XIX, o campo epistemológico se fragmenta ou, antes, explode em direções diferentes.”⁴ E argumenta o filósofo francês, que mesmo que se considere as ciências exatas, mais especificamente a matemática, a base das ciências naturais e humanas, estas por sua vez se caracterizam pela investigação de elementos descontínuos, procurando estabelecer “entre eles relações causais e constantes de estrutura”.⁵

Interrogando a esse nível epistemológico, o campo da *epistemê* moderna não se ordena conforme o ideal de uma matematização perfeita e não desenrola, a partir da pureza forma, uma longa sequência de conhecimentos descendentes, cada vez mais carregados de empiricidade. Antes, deve-se representar o domínio da *epistemê* moderna como um espaço volumoso e aberto segundo três dimensões. Numa delas, situar-se-iam as ciências matemáticas e físicas, para as quais a ordem é sempre um encadeamento dedutivo e linear de proposições evidentes ou verificadas; haveria, em outra dimensão, as ciências (como as da linguagem, da vida, da produção e da distribuição das riquezas) que procedem ao estabelecimento de relações entre elementos descontínuos mas análogos, de sorte que elas pudessem estabelecer entre eles relações causais e constantes de estrutura. (...). Quanto a terceira dimensão, seria a da reflexão filosófica, que se desenvolve como pensamento do Mesmo; com a dimensão da lingüística, da biologia e economia, ela delineia um plano comum: lá podem aparecer, e efetivamente apareceram, as diversas filosofias da vida, do homem alienado, das formas simbólicas (...).⁶

Ainda nesta perspectiva, Foucault nos chama atenção para o fato determinante, de que a constituição das ciências humanas, com seus variados objetos, cuja natureza última é o homem,

sangrentas.” NIETZSCHE, Friedrich W. **Assim falou Zaratustra**. Tradução: Eduardo Nunes Fonseca. Curitiba: Hemus, 2002. P. 24 e 25. Aforismo: Dos crentes em além mundos.

⁴ FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 478.

⁵ FOUCAULT, 2007. Op. Cit., p. 479.

⁶ Idem, Op. Cit., p. 479.



não poderia ter surgido nos séculos que antecederam o século XVII e XVIII. O filósofo argumenta, que nos períodos anteriores aos séculos de emergência das ciências humanas, o homem compreendido a partir de sua corporeidade, de suas paixões, desejos não existia. Talvez se possa conjecturar, que no bojo da matriz judaico-cristã, o homem se apresente como imagem e semelhança do criador. Mas, para além deste argumento, que pode se apresentar como variável analítica advinda do senso comum, o homem apreendido na condição de indivíduo, ainda não se apresenta em sua plena potencialidade. É somente com a emergência dos pressupostos iluministas que constituem a modernidade que o “homem” em sua individualidade começa a chamar atenção. O homem já não se encontra diluído no rebanho cristão, mas ele é um indivíduo que trabalha diuturnamente para sua autorrealização.

O campo epistemológico que percorrem as ciências humanas não foi prescrito de antemão: nenhuma filosofia, nenhuma opção política ou moral, nenhuma ciência empírica, qualquer que fosse nenhuma observação do corpo humano, nenhuma análise da sensação, da imaginação ou das paixões, jamais encontrou, nos séculos XVII e XVIII, alguma coisa como o homem; pois o homem não existia (assim como a vida, a linguagem e o trabalho); e as ciências humanas (...) aparecerem no dia em que o homem se constituiu na cultura ocidental, ao mesmo tempo como o que é necessário pensar e o que se deve saber.⁷

Assim, constitui-se no século XIX, a imagem referencial de homem que se tornou o objeto das ciências humanas. Objeto de saber caracterizado pelo seu policientificismo, na medida em que se constituiu a partir das contribuições de outros campos científicos, e transita entre as várias ciências humanas. Objeto que se caracteriza pela participação numa dupla dimensão. Por um lado, um objeto empírico, enquanto o ser humano é portador de um corpo, e de manifestações características latentes deste mesmo corpo, que podem ser observadas, analisadas, quantificadas e projetadas em esquemas interpretativos, submetidas a variáveis estatísticas.

E por outro lado, um objeto transcendental. Um objeto portador de espírito, um ser que pensa, que projeta mentalmente o mundo, que estabelece uma multiplicidade de relações, consigo mesmo, com os outros, com o mundo, com o transcendente. Enfim, um objeto imerso na cultura que ele mesmo constitui. “e é o aparecimento desse ser empírico-transcendental, desse ser cujo pensamento é infinitamente tramado com o impensado, desse ser sempre

⁷ Idem, p. 476.



separado de uma origem que lhe é prometida na imediatidade do retorno – é esse aparecimento que dá às ciências humanas sua feição singular.”⁸

3. A VIDA HUMANA EM SUA DIMENSÃO BIOLÓGICA E AS CIÊNCIAS HUMANAS

Sob tais prerrogativas, talvez, seja possível dizer que a constituição do objeto das ciências humanas é o ápice do projeto moderno, que desde seus primórdios eleva a vida em suas múltiplas dimensões, mas, sobretudo a dimensão biológica a primeiro plano. Somente na medida em que a vida biológica foi aprisionada pela política, a medida que passa a centralidade dos cálculos de custo e benefício na dinâmica econômica, é que a vida dos seres humanos, o homem em suas variadas dimensões, torna-se objeto da ciência, seja da sociologia, da antropologia, da psicologia, entre outras.

Porém, há que ser ter presente de que a vida é um daqueles termos que expressa em si mesma sua própria indefinibilidade. Os esforços na definibilidade da vida, necessariamente a associam a aspectos característicos, e de certa forma, determinantes na maneira como os mais variados seres vivos se apresentam. Assim, desde Aristóteles sabemos que animais, vegetais e seres humanos, apresentam no decurso de suas vidas, modos de viver bastante específicos, no que se refere à percepção, a nutrição, a locomoção e, ao pensamento.

Nesta perspectiva, os olhares científicos, sobretudo, das ciências naturais, lançados na modernidade desdobram-se em esforços específicos, em olhares particularizados à determinadas características do mundo natural, constituindo os mais variados objetos científicos, associados aos diversos campos de investigação. Por seu turno, e a partir de uma variável diferencial, no que se refere a vida humana, segundo Foucault, as ciências humanas constituem seu objeto, “o homem”, a partir de três dimensões que lhe são inerentes: o trabalho, a vida e a linguagem. “As ciências humanas, com efeito, endereçam-se ao homem na medida em que, ele vive, que fala, que produz. É como ser vivo que ele cresce, que tem funções e necessidades, que vê abrir-se um espaço cujas coordenadas móveis, ele articula em sim mesmo.”⁹

⁸ Idem, p. 484

⁹ Idem, p. 485.



Assim, a vida para as ciências humanas é vida qualificada. Não é objeto específico e primordial de seu interesse, observações e análises de caráter fisiológico, anatômico. Mas sim, a vida que se constitui como decorrência de um ser que vive temporalmente e espacialmente, que significa e simboliza o mundo em seu torno, representando-o, articulando-o com outros seres humanos, através da linguagem, da fala sobre o mundo e, sobre a natureza. É vida que se qualifica, na medida em que produz o mundo em seu entorno, na medida em que produz objetos, interpretando e modificando a natureza e o próprio pensamento, que constituem as condições básicas para a busca da felicidade, para o alcance do bem viver.

Porém, isto não significa afirmar uma visão unilateral, que durante significativo tempo, fez parte da cosmovisão das ciências humanas, de que o contexto cultural era a única “natureza humana”, desconhecendo, ou, não tomando em conta os avanços da física e da biologia, no estudo e contextualização das condições de possibilidade de estabelecimento dos pressupostos a partir dos quais nos permita falar de uma natureza humana, em sua condição biológica e histórica. “Para além da diversidade entre sociedades, culturas, épocas e indivíduos, os seres humanos compartilham uma natureza humana que é fonte comum de comportamentos, atitudes e motivações.”¹⁰

A incapacidade de grande parte das ciências humanas e sociais para se aproveitarem dos descobrimentos derivados das ciências biológicas contemporâneas está associada à crença de que a cultura é a única “natureza humana” existente ou de que a cultura determina e explica tudo (crença plenamente reforçada no senso comum emergente na segunda metade do século XX, que definiu como politicamente correto evitar qualquer contaminação com preconceitos biologicistas).¹¹

Porém, o homem em sua diversidade de modos de viver, como objeto das ciências humanas, se constitui primordialmente como um ser que cria no decurso dos tempos históricos, suas imagens referenciais, seus modos de ser e estar no mundo. Desta forma, a concepção de vida, a partir da qual articula as mais diversas cosmovisões, e a partir delas opera existencialmente, é resultante de sua capacidade criativa, de seu poder de representar a vida, de conferir-lhe sentido, finalidade na hierarquia dos valores humanos, sociais e naturais estabelecidos em determinado contexto histórico.

¹⁰ LEIS, Hector Ricardo; ASSMANN, Selvino José. **Crônicas da polis: da democracia à corrupção, da esquerda à direita, do terrorismo à natureza humana, do mal amizade, da religião à técnica**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. P. 31.

¹¹ Idem, P. 32.



De um modo mais geral, o homem, para as ciências humanas, não é esse ser vivo que tem uma forma bem particular (uma fisiologia bastante especial e uma autonomia quase única); é esse ser vivo, que do interior da vida à qual pertence inteiramente e pela qual é atravessado em todo seu ser, constitui representações graças às quais ele vive e a partir das quais detém esta estranha capacidade de poder se representar justamente a vida.¹²

Assim, não é o homem espécie, ou a vida biológica do homem o objeto das ciências humanas, mas constitui-se enquanto tal, a medida que observa-se a dinâmica vital, a partir da qual responde as necessidades de sua dimensão biológica, e na qual estão inseridos os indivíduos, nas diversas formas de interação, que se estabelece em torno da produção, da troca, do consumo, na forma como representam o mundo simbolicamente, estabelecendo a partir destes símbolos um conjunto de articulações linguísticas, que lhes permitem articular discursos, comunicar-se e, assim projetar ações, qualificando ontologicamente e politicamente o fenômeno humano que se desenrola entre o nascimento e a morte dos indivíduos e, a qual se denomina de vida humana. Uma vida, que participa do reino da necessidade biológica, em que outros seres vivos também participam salvaguardadas as especificidades entre o reino animal e o reino vegetal. Uma vida, que em diferentemente do conjunto da vida em seu entorno, manifesta-se consciente, que se percebe em relação como outros seres e, sobre ele age, conformando percepções de tempo, de espaço que consolidam um mundo pleno de sentido e, de finalidade.

(...), só haverá ciência do homem se nos dirigirmos à maneira como os indivíduos ou os grupos se representam seus parceiros na produção e na troca, o modo como se esclarecem, ou ignoram, ou mascaram esse funcionamento e a posição que aí ocupam, maneira como se representam a sociedade em que isso ocorre, o modo como se sentem integrados a ela ou isolados, dependentes, submetidos ou livres;¹³

Desta forma, o objeto das ciências humanas não é o trabalho, atividade que acompanha o homem desde seus primórdios, como decorrência de suas necessidades fisiológicas e materiais de sobrevivência, mas sim, o homem que se constitui e se representa no conjunto das relações de produção, nas relações econômicas que em cada contexto vital se estabelece. A linguagem também não se configura como o objeto das ciências humanas, mas sim, o ser humano em sua politicidade que surge que se revela no contexto das representações, capaz do

¹² FOUCAULT, Michel. 2007. Op.Cit., p. 487.

¹³ Idem, p. 488.



comércio da palavra como outros seres humanos na conformação do mundo, dos signos e significados atribuídos na vida em coletividade, aos objetos em seu entorno.

O objeto das Ciências Humanas é o ser humano em sua capacidade de comunicação, interação, estabelecendo relações consigo mesmo, com outros seres humanos, com a natureza. Ainda no bojo destas reflexões, talvez se possa dizer que a vida em sua dimensão meramente biológica, não se apresenta como objeto das ciências humanas, na medida em que a vida humana somente pode ser definida em suas múltiplas formas, ou modos de viver. Ou seja, a forma que os seres humanos estabelecem como ideal de vida em determinados contextos.

“as ciências humanas não são uma análise do que o homem é por natureza; são antes uma análise que se estende entre o que o homem é em sua positividade (ser que vive, trabalha, fala) e o que permite a esse mesmo ser saber (ou buscar saber) o que é a vida, em que consistem a essência do trabalho e sua leis, e de que modo ele pode falar.”¹⁴

Portanto, é no auge do projeto moderno que se apresentam as condições de possibilidade para a efetivação das ciências humanas. Um conjunto de pressupostos epistemológicos, associados às variáveis políticas, econômicas e científicas, corroborou para o surgimento e efetivação das diversas ciências, que tem no homem seu objeto de análise. Num primeiro momento, a vida em sua dimensão biológica ganha status privilegiado, passa a ser objeto de técnicas de saber e de poder da dinâmica política e econômica ocidental, para num segundo momento, desdobrar-se num conjunto de objetos distribuídos nas mais variadas ciências que se constituem na contemporaneidade.

Porém, há que se considerar uma vez mais que na perspectiva analítica Foucaultina é na modernidade que a vida biológica é aprisionada, torna-se objeto da política, assim como, a política fica reduzida às demandas básicas de manutenção da vida. Como decorrência deste contexto, a vida biológica passa a ser legislada, normatizada e, controlada em suas mais variadas formas de manifestação. Articulando-se neste contexto político e normatizador da vida, apresenta-se a ciência e os avanços científicos dos séculos XVII e XVIII, promovendo uma viragem epistemológica na forma de interpretar a natureza e os seres que a compõem. Já não se trata mais de remontar uma história natural do mundo, compondo um mosaico onde cada ente, cada objeto, ocupasse um lugar determinado na rigidez da ordem, mas de articular uma história da natureza, onde cada ser, cada ente revelasse suas particularidades, suas descontinuidades no decorrer do tempo histórico.



Portanto, é no auge da aposta positivista, de aposta nas possibilidades da ciência em ampliar e aprofundar os conhecimentos humanos, como condição de uma reforma do mundo, que a vida humana em suas particularidades passa ser objeto de várias ciências, que passam a se constituir, e entre elas, as ciências humanas. Desta forma, talvez seja possível dizer que as ciências humanas têm na vida humana o foco central de seus olhares, de suas atenções, e o faz através de seu objeto imediato, o homem em suas múltiplas formas de existência, de vida.

As ciências humanas nascem deste ímpeto científico que transpira no século XIX, e transferem das ciências exatas e naturais, métodos e modelos interpretativos, adaptando-os aos interesses e necessidades, no domínio e conhecimento de seu objeto. É desta forma, que as ciências humanas se articulam, passam a fazer parte da *episteme* moderna, e é sob estas perspectivas que se pode dizer que as ciências humanas transversalizam, transitam, dialogam através de seu objeto, com as várias áreas científicas constituídas e canonizadas no ocidente. Porém, se esta característica lhe confere determinadas prerrogativas no arcabouço epistemológico ocidental, por outro não faltam acusações, que as ciências humanas não reúnem as condições de possibilidade para se estabelecerem como ciência. Neste sentido, figurariam como “falsas ciências”.

Inútil, pois, dizer que as “ciências humanas” são falsas ciências; simplesmente não são ciências; a configuração que define sua positividade e as enraíza na *epistemê* moderna coloca-as, ao mesmo tempo, fora da situação de serem ciências; e se se perguntar então por que assumiram esse título, bastará lembrar que pertence à definição arqueológica de seu enraizamento o fato de que elas requerem e acolhem a transferência de modelos tomados de empréstimo a ciências.¹⁵

Nascidas no bojo do projeto positivista, as ciências humanas articulam-se em seu olhar pretensamente objetivo, investigativo em relação ao homem, em três modelos interpretativos distintos. No modelo biológico, “o homem aparece como um ser que tem *funções* – que recebe estímulos (fisiológicos, mas também sociais, inter-humanos, culturais), que responde a eles, que se adapta, evolui, submete-se as exigências do meio, harmoniza-se com as modificações que ele impõe (...)”.¹⁶ Enfim, busca estabelecer normas, padrões de comportamento que permitam participar ativamente do mundo em seu entorno.

¹⁴ Idem, p. 488.

¹⁵ Idem, p. 507.

¹⁶ Idem, p. 494



Outro modelo interpretativo se estabelece a partir da economia. Neste modelo “o homem aparece enquanto tem necessidades e desejos, enquanto busca satisfazê-los, enquanto, pois, tem interesses, visa a lucros, opõe-se a outros homens (...), ele aparece numa irreduzível situação de *conflito*;¹⁷ Neste modelo, o esforço constante do homem é pela busca de equilíbrio, de normas que permitam estabelecer formas de vida pautadas no reconhecimento dos limites e dos conflitos nos quais a vida se insere.

Um terceiro modelo interpretativo do homem encontra-se na linguagem, na medida em que sua constituição objetiva se estabelece no ato da constante comunicação de si para si, de si para com o outro e de si com o mundo. “As condutas dos homens aparecem como querendo dizer alguma coisa; seus menores gestos, até em seus mecanismos involuntários e até em seus malogros, têm um *sentido*.”¹⁸

Estas três perspectivas interpretativas em relação ao homem constituem os pressupostos centrais, a partir das quais as ciências humanas constituem especificamente seu objeto, e por meio dele se posicionam diante das diversas formas que a vida assume do ponto de vista psicológico, antropológico, sociológico, etnológico, histórico e, demais ramificações das ciências humanas.

É sob estes pressupostos, que as ciências humanas justificam suas intervenções na vida de grupos, comunidades e até de sociedades em sua totalidade. Desta forma, as ciências humanas justificam-se na medida em que o homem passa a existir permitindo sua objetivação e, portanto sua entrada no campo da epistemologia. “A cultura ocidental constituiu, sob o nome de homem, um ser que, por um único e mesmo jogo de razões, deve ser domínio positivo do saber e não pode ser objeto da *ciência*.”¹⁹

4. O HOMEM OBJETO DAS CIÊNCIAS HUMANAS E A ESTATIZAÇÃO DA VIDA HUMANA EM SUA DIMENSÃO BIOLÓGICA

O projeto antropocêntrico que se efetiva na modernidade tem seu epicentro na captura da vida em sua dimensão biológica pela política. Assim, a vida biológica do homem como objeto da política, se manifesta como a condição de conferir ordem e certeza à vida humana,

¹⁷ Idem, p. 494.

¹⁸ Idem, P. 494.

¹⁹ Idem, P. 507.



através de sua conceituação, classificação e administrabilidade. Definida sob estes parâmetros a vida passa a fazer parte dos cálculos do poder. A política transforma-se em um poder sobre a vida e a morte do homem, na capacidade do nascente Estado moderno desenvolver uma racionalidade gerencial em relação à vida e a morte de sua população e, de seus indivíduos, a qual passa a ser patrimônio biológico da nação. Neste contexto, proliferam os discursos científicos, as técnicas de saber e de poder sobre a vida.

A partir destas perspectivas políticas, administrativas, decorrentes do desenvolvimento científico e técnico, desenvolvidas na modernidade através das técnicas de saber e, conseqüentemente, de poder, que passam a definir e a conceituar a vida, opera-se uma dupla cisão. Num primeiro momento a vida é inserida num plano de historicidade. Historicidade amparada numa concepção temporal evolutiva. Há uma história do desenvolvimento da vida em sua totalidade no planeta terra. História situada num longo e paciente processo evolutivo, submetido às leis da probabilidade estatística que, contingencialmente, configura os organismos e as formas vivas que se apresentam em sua diversidade sobre a terra.

Porém, a modernidade opera uma cisão no plano da história da vida. A vida humana passa a usufruir de uma historicidade particular e específica que lhe atribui papel ativo e determinante nas relações que estabelece com os demais seres vivos. “No novo modo de relação entre a história e a vida: nesta posição dupla da vida, que a situa fora da história como suas imediações biológicas e, ao mesmo tempo, dentro da historicidade humana, infiltrada por suas técnicas de saber e de poder.”²⁰

A segunda cisão se estabelece entre a vida e as relações de poder “sobre a proliferação das tecnologias políticas que, a partir de então, vão investir sobre o corpo, a saúde, as maneiras de se alimentar e de morar, as condições de vida, todo o espaço da existência.”²¹ A vida biológica dos seres humanos passa a ser alvo de normalização e normatização. Se a dinâmica dos corpos celestes pode ser interpretada a partir de leis naturais universalmente válidas, também os corpos biológicos passam a ser alvo de leis, que se transmutam em normas, cujo objetivo por excelência é a promoção e a manutenção da vida através de uma série de mecanismos de vigilância, de correção e regulação de hábitos, de condutas que ordenam as condições de vida da população. “A instituição judiciária se integra cada vez mais num

²⁰ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998, p. 135.

²¹ *Ibidem*, p. 135.



contínuo de aparelhos (médicos, administrativos etc.) cujas funções são mormente reguladoras. Uma sociedade normalizadora é o efeito histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida.”²²

Já não se trata de pôr a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais do que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições da norma.²³

Paradoxalmente, a este esforço moderno de normalização, normatização, classificação, controle e administrabilidade, o conceito de vida apresenta-se polissêmico, assumindo múltiplas definições. Assim, apresentam-se diversos discursos sobre a vida humana, sobre a vida animal, sobre a vida vegetal e planetária. A vida em sua polissemia conceitual torna-se objeto por excelência dos mais diversos interesses e de suas respectivas relações de poder. Em nome da vida, potencializam-se sistemas de controle e de vigilância dos corpos, promovem-se guerras, declaram-se direitos, instauram-se campanhas em defesa da vida de refugiados, de sobreviventes de guerras civis. Em nome da vida promovem-se ações terroristas. Ou seja, em nome da vida justificam-se os mais variados interesses políticos e econômicos nos interstícios dos jogos de poder.

A modernidade privatiza a vida humana e, como consequência, apresenta como horizonte ontológico e político de sentido e finalidade à existência o cuidado da vida em sua dimensão biológica. Afasta-se da centralidade da existência o esforço, o empenho público na busca da imortalidade por conta da memória cultivada na *Polis*, dos feitos memoráveis e louváveis assumidos e levados adiante pelo cidadão nos campos das batalhas, ou, nos argumentos sistematicamente articulados em discursos e debates, entabulados nas *ágoras* públicas em defesa dos interesses comuns, de uma ética que resulte no bem estar, no bem viver, numa realidade que reflita a estética da felicidade comum à todos os cidadãos.

No contexto moderno de otimização dos indivíduos em torno da massificação da bioticidade como decorrência da centralidade da vida, esvazia-se, em seu sentido comunitário, a proposta/promessa judaico-cristã do alcance da eternidade, de uma vida além-túmulo, escatologicamente concretizável numa perspectiva temporal futura, uma vez que a bioticidade

²² Ibid, p. 135.

²³ Ibid, p. 135.



da vida refere-se a uma estrutura biológica determinada no tempo e no espaço, conformando uma lógica existencial geneticamente programada em suas condições de uso e de finitude.

A modernidade caracteriza-se por este esvaziamento da vida outrora pautada em dimensões ontológicas e políticas alicerçadas no espaço público, na dinâmica comunitária, remetendo à formas-de-vida crescentemente privatizadas, fechadas em si mesmas, individualizadas, cujo sentido ontológico e político realiza-se numa perspectiva temporal, marcada pela presentidade dos estímulos, das reações, da produção de subjetividades corpóreas, de mercadorias e de consumo imediato de sensações. Na perspectiva foucaultina, a biopolítica como traço marcante da política na modernidade, entre outras perspectivas, caracteriza-se pelo fim da articulação entre público e privado.

A vida, vinculada hegemonicamente a sua dimensão biológica, presta-se a uma perspectiva societária cujo paradigma é a busca da segurança, que tem nos mecanismos de controle, de vigilância do que resta dos espaços públicos, uma de suas formas de manifestação mais contundente. Porém, a busca pela segurança faz avançar seus mecanismos de controle e vigilância sobre os espaços privados de circulação dos indivíduos e normatiza e disciplina hábitos de vida, de consumo, de cuidados com o corpo. “O espaço público foi reduzido à publicidade, e a vida pública, ao jogo de interesses privados que se digladiam ou se alternam. Não há sinais de que essa situação possa ser revertida. Daí, a banalização tanto da ética, quanto da política, devido à extinção dos vínculos internos que as ligavam”²⁴

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se por um lado as ciências humanas surgem e se afirmam a partir de uma viragem epistemológica promovida pelas ciências naturais em relação as ciências exatas e, também preciso ter presente que seu avanços passam a contribuir com a necessidade estatal moderna de instituição de práticas de controle, vigilância e administração dos seres humanos em âmbito societário no qual se circunscreve a população, compreendida pela nascente razão do Estado moderno como recursos humanos, à serem potencializados em sua condição biológica desde

²⁴ SILVA, Franklin Leopoldo. A banalidade da ética e da política. (In) **A política em tempos de niilismo ético**. Instituto Humanitas Unissinos, nº 197, de 25/09/2006, disponível na Internet: <http://www.unissinos.br/ihuonline>. páginas 12-16, p. 12.



seu nascimento até sua morte, mas também no seio da população compreender as formas de vida dos indivíduos, suas singularidades, seus interesses, sua forma de agir no mundo.

O projeto antropocêntrico moderno, ao deslocar a pretensão teocêntrica e seus correlatos geocêntricos e, criacionistas medievais remetem a responsabilidade aos seres humanos na construção de um mundo, onde a defesa dos direitos do homem e, da vida humana, de reconhecimento de seu *status* privilegiado em relação ao conjunto da vida, em sua multiplicidade de manifestações e de seus direitos, passa a ocupar a centralidade das preocupações econômicas, políticas, científicas e técnicas.

Em nome da veracidade de tais projetos experimentais, sejam eles capitalistas, socialistas, nazistas ou fascistas, a vida dos seres humanos é contabilizada, avaliada, potencializada. Ou por outra perspectiva, milhares de vidas foram torturadas, exiladas, ceifadas nos campos de batalha. Em tais projetos o homem e, por extensão a vida humana foi e é massificada, aprisionada em sua bioticidade e passou a fazer parte da contabilidade de ganhos e de perdas previsíveis e estatisticamente projetados. E em grande medida é neste contexto de racionalização da vida humana nos cálculos do poder que as ciências humanas se inserem e se afirmam.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I**. Tradução de Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Tradução de Roberto Raposo; pós-fácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

DARWIN, Charles. **A ORIGEM DAS ESPÉCIES**. São Paulo: Hemus Livraria Editora Ltda, 1981

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: Uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007.



_____. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978).** Edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LEIS, Hector Ricardo; ASSMANN, Selvino José. **Crônicas da polis: da democracia à corrupção, da esquerda à direita, do terrorismo à natureza humana, do mal amizade, da religião à técnica.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Assim falou Zaratustra.** Tradução: Eduardo Nunes Fonseca. Curitiba: Hemus, 2002.

_____. Friedrich Wilhelm. **A Vontade de Poder.** Tradução do original alemão e notas Marcos Sinésio Pereira Fernandes e Francisco José Dias de Moraes. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008

SILVA, Franklin Leopoldo. A banalidade da ética e da política. (In) **A política em tempos de niilismo ético.** Instituto Humanitas Unissinos, nº 197, de 25/09/2006, disponível na Internet: <http://www.unisinos.br/ihuonline>. páginas 12-16,